

O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR

GOVERNO LULA ESMAGA A EDUCAÇÃO PÚBLICA E FAVORECE AS INSTITUIÇÕES PRIVADAS



Foto: Ricardo Stuckert / PR

Diante do objetivo permanente de cumprimento das metas fiscais, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no final de 2024, anunciou a opção do governo Lula-Alckmin em realizar um pacote de medidas de austeridade, como a revisão no Benefício de Prestação Continuada (BPC), redução do abono salarial, o fim do aumento real do salário mínimo e mudanças no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUN-DEB).

A mudança no FUNDEB previa a inclusão dos custos para o incentivo à educação em tempo integral e compra de alimentação escolar dentro do Fundo, ou seja, mais funções e compromissos a honrar, que antes eram custeados por outras fontes de financiamento. A aprovação na Câmara retirou a merenda do fundo escolar e houve

redução no valor do FUN-DEB destinado à escola em tempo integral. Mesmo assim, houve um enfraquecimento do Fundo, que complementa os recursos dos estados e municípios com a educação básica.

Além dos cortes, o Arcabouço Fiscal obriga o governo a segurar gastos ao longo do ano, até que a receita proveniente de impostos garanta a meta do resultado primário. Só então que as verbas são liberadas. Era o que propunha o Decreto 12.448, que impôs uma redução de quase 40% no orçamento das universidades disponível até novembro. A medida atrapalhava no planejamento e cumprimento de seus gastos com contratos de empresas terceirizadas, pagamentos de contas de água, luz e das bolsas de permanência estudantil. Diante da repercussão negativa, o governo Lula recuou da medida. **pág. 6**

Leilão de florestas para exploração é celebrado pela iniciativa privada com apoio do governo

Nos últimos anos a Amazônia vem sofrendo uma verdadeira “política de pilhagens”, onde criminosos da grilagem, do desmatamento e da mineração tanto a nível local como internacional, junto a seus lacaios políticos vem elaborando mil

e uma formas de “monetizar” cada vez mais a floresta, enquanto isso, órgãos ambientais como o IBAMA e o ICMBio, sofrem com escassez de recursos humanos e financeiros necessários para fazer a fiscalização da biodiversidade que

compõem as Florestas Nacionais (FLONAS). Nesse balaio de interesses a Floresta Amazônica chega à Bolsa de Valores. No dia 21 de maio, o governo por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB),

realizou a “concessão” de quatro lotes na Floresta Nacional do Jatuarana. Dos seus 570,1 mil hectares, 453,4 mil estão incluídos na concessão, o que equivale a três estados de São Paulo. O acordo tem prazo de até 40 anos. **pág. 10**

PÁTRIA DESEDUCADORA: Governo Lula anuncia a inclusão do programa Pé de Meia no piso da educação, o que pode provocar cortes. **pág 4**

ESCOLAS CÍVICO-MILITARES E ADOECIMENTO: Professora infarta e morre devido a cobranças abusivas em escola cívico-militar. **pág 5**

CORTES SOCIAIS, LUCROS PRIVADOS: Lula corta benefícios sociais, mas luta para manter isenções fiscais milionárias a grandes empresários. **pág 8**

A MENTIRA DO NOVO CONSIGNADO: Bancos privados elevam juros para os créditos consignados, ao contrário do prometido pelo governo. **pág 9**

Editorial

Em meio à barbárie, forjar o futuro!

O mês de junho ofereceu aos trabalhadores um quadro cada vez mais terrível da vida sob o capitalismo. A intensificação no conflito entre Israel-EUA e Irã mostrou que as contradições do capital continuamente levam a guerra e destruição por toda parte – com a classe trabalhadora, em todo o mundo, sendo usada de bucha de canhão e pagando a conta dessas aventuras da burguesia em busca de mais e mais lucro. Mesmo com o apoio massivo dos povos do mundo todo pelo fim do genocídio palestino, Israel não apenas segue com seu plano de dominação regional, mas o aprofunda e intensifica.

No Brasil, a situação também tem ficado cada vez mais difícil para os trabalhadores. Mesmo sob o constante alerta de todos os estudiosos da questão climática e ambiental, a concessão de mais e mais florestas ao domínio da grande burguesia tem sido uma constante do atual governo, que busca essa aliança com a agroindústria como forma de expandir suas bases de apoio. Ao mesmo tempo, a popularidade do próprio governo diminui, porque as medidas cosméticas e demagógicas do governo não tocam nos principais problemas imediatos dos trabalhadores, que são o custo de vida e as condições de trabalho. Escândalos como o dos descontos do INSS, seguidos da resposta morosa e insuficiente do governo, só aumenta a desconfiança e a desilusão dos trabalhadores.

Neste mês, milhares de estudantes do Brasil inteiro estão se preparando para participarem do Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que deverá debater e aprovar os rumos da luta em defesa da educação nos próximos dois anos. Não poderá haver um momento mais propício para isso. Hoje, os monopólios educacionais exercem um papel central na política educacional do governo, com a presença de instituições ligadas ao bilionário Jorge Paulo Lemann sendo centrais no preparo e no lobby em torno das políticas públicas para o setor.

O cenário atual é desastroso – universidades federais de renome ameaçando paralisar suas atividades por não terem verba para pagar sua eletricidade, congelamento e cortes de bolsas de pesquisa e permanência estudantil e um subfinanciamento acumulado na casa dos bilhões de reais são apenas alguns aspectos do atual projeto em curso. A resposta vem dos grandes capitalistas: reduzir o investimento na educação pública e aumentar a transferência de recurso para a educação privada, como no caso da expansão do FIES, subsidiando juros bancários e literalmente pagando para as universidades. A diferença desse projeto para uma educação 100% pública é um escândalo.

Do ponto de vista dos limites institucionais, o principal empecilho atual é o autoimposto Novo Teto de Gastos (ou, no eufemismo escolhido pelo governo, “Novo Arcabouço Fiscal”), que é matematicamente incompatível com os pisos constitucionais de investimento não só em educação, mas também em saúde. O objetivo atual do governo é estrangular ainda mais e reduzir o aporte correspondente ao investimento de longo prazo na educação, como acontecerá com a inclusão do demagógico programa Pé-De-Meia.

Os estudantes têm agora uma oportunidade e uma tarefa, assim como toda a classe trabalhadora, em particular os trabalhadores da educação, que têm aumentado sua mobilização nos últimos meses em diversas lutas parciais. A oportunidade é de demonstrar, de maneira incontestável, que o projeto da burguesia e do governo federal é um projeto inimigo da educação pública e dos trabalhadores – e é uma oportunidade porque são quase óbvios os fatos e divulgados amplamente pelo próprio governo. A tarefa é contrapor a isso um projeto da classe trabalhadora para a educação, a Universidade Popular. Essa é uma tarefa mais difícil do que simplesmente demonstrar os problemas do projeto burguês. É difícil especialmente porque exige combater as diversas forças e organizações políticas que, entre os estudantes, agem como mensageiros do projeto governista burguês. Combater essas expressões e forjar, ao mesmo tempo, a unidade do movimento estudantil com o movimento dos trabalhadores da educação é a única esperança para barrar esses ataques em curso.

Economia

Fraude no INSS: ressarcimentos lentos e mal planejados escancaram descaso do Governo Lula

Mesmo sendo uma situação de crise e de urgência, o governo petista ainda não possui um plano efetivo de como atender os prejudicados.

Após o escândalo de fraude no INSS, que aprofundou ainda mais a crise de legitimidade do Governo Lula-Alckmin, medidas foram anunciadas sob a justificativa de reparar os danos causados aos trabalhadores, diante da intensa insatisfação popular. No entanto, tais iniciativas revelam-se limitadas e marcadas por contradições internas, fruto da própria desorganização da coalizão governamental. Além disso, a morosidade e hesitação em atender às demandas populares escancaram a seletividade estrutural da ação estatal.

Mesmo sendo uma situação de crise e de urgência, afinal vários trabalhadores aposentados e também aqueles que recebem auxílio necessitam de reparação, o governo petista não possui ainda um plano de como atender os prejudicados.

O recente anúncio, feito no dia 30 de maio, do ministro-chefe da Advocacia-Geral da União (AGU), sobre o ressarcimento às vítimas do esquema de fraudes no INSS representa uma tentativa do Governo Lula-Alckmin de responder à crescente pressão social e conter o desgaste político. Segundo a AGU, os valores subtraídos de aposentados e pensionistas serão restituídos com recursos da União – no entanto, ainda não se sabe de onde sairá o dinheiro.

Além disso, o presidente do INSS, Gilberto Waller, adotou um tom apaziguador ao afirmar que a instituição “não precisa correr” para atender ao reembolso dos descontos indevidos. O argumento da “tranquilidade” no atendi-

to soa, no entanto, como uma tentativa de desmobilizar a pressão social e amenizar os impactos de uma crise institucional que atinge diretamente os setores mais vulneráveis da população.

A estratégia anunciada, que envolve o atendimento via agências dos Correios e a mediação entre beneficiários e instituições que realizaram os descontos, parece mais voltada à gestão da imagem do governo do que à reparação célere e efetiva dos danos. Apesar de apresentar um modelo, em tese, funcional, a ausência de prazos concretos para conclusão dos processos e o excessivo grau de burocratização podem se converter, na prática, em obstáculos ao exercício de direitos por parte dos lesados.

A prioridade em conter a multiplicidade de ações judiciais em nome da “agilidade” revela, em última instância, um padrão seletivo do Estado. Quando o dano recai sobre a classe trabalhadora, a resposta pública tende a ser lenta, mediada e ambígua. Já quando se trata de proteger interesses empresariais ou recompor a credibilidade diante do mercado, o mesmo Estado age com presteza e vigor imediatos.

Nesse contexto, o discurso de que “ninguém será prejudicado” mais encobre do que revela a realidade do processo. Longe de ser uma reparação efetiva, o plano do INSS é um exemplo ilustrativo de como o Estado brasileiro administra as crises sociais por meio da contenção, da desinformação seletiva e da “racionalização” burocrática, mantendo intactas as estruturas arbitrárias de poder.

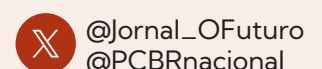
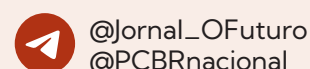
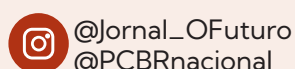
DISPUTAR O PRESENTE, CONSTRUIR O FUTURO: UNE NA LUTA PELA UNIVERSIDADE POPULAR E PELA REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO



Ajude a **União da Juventude Comunista (UJC)** a levar sua delegação pro 60º CONUNE! **DOE UM REAL!** Contribua através do PIX:



saiba mais em nossas redes: @UJCbrasil ou nosso site UJCbrasil.com



Leia também pela internet: jornalofuturo.com.br

Internacional

Toda solidariedade ao povo iraniano: combater o imperialismo e o sionismo!

Nota política do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário e da União da Juventude Comunista.

No último 21 de junho, os Estados Unidos realizaram um bombardeio direto contra o Irã, elevando a um novo patamar o conflito que vem se intensificando no Oriente Médio desde a semana anterior (13/06), com sucessivos ataques e ameaças entre Teerã, Tel Aviv e Washington. Em uma ação ilegal, sequer autorizada previamente pelo Congresso dos EUA, o presidente Donald Trump ordenou o ataque aéreo a três instalações de pesquisa e beneficiamento nuclear: Fordow, Natanz e Isfahan. Embora uma avaliação independente dos danos ainda não esteja disponível, a ação certamente tem graves repercussões. No dia 22 de junho, enquanto o mundo todo aguardava a resposta do governo iraniano, milhares de pessoas tomaram as ruas de Teerã em protesto contra a ação militar estadunidense. No dia 23, o desfecho: o Irã disparou uma série de mísseis sobre bases militares estadunidenses no Qatar.

Com tal desenvolvimento, se torna cada vez mais evidente que essa guerra é, do ponto de vista da coalizão imperialista Israel-EUA, uma *guerra de rapina*, uma *guerra imperialista* que busca abrir caminho para a completa subordinação política do Irã aos ditames do imperialismo ocidental. A justificativa “preventiva”, baseada no programa nuclear iraniano, é a mesma retórica desgastada já utilizada nas invasões do Iraque, do Afeganistão e da Líbia, e que, novamente, escancara a hipocrisia do sistema imperialista mundial, no qual potências nucleares como Israel seguem impunes, enquanto outros países são sistematicamente pressionados, sancionados e invadidos.

A complexidade na caracterização do regime iraniano tem feito com que diversos partidos comunistas revolucionários caracterizem o conflito como uma *guerra inter-imperialista*. Essa é, do ponto de vista do PCBR, uma caracterização imprecisa e com consequências perigosas.

Não negamos o caráter inter-imperialista do conflito simplesmente porque a burguesia iraniana seja uma burguesia “não-alinhada” ao imperialismo ocidental. Neste conflito em particular, o conflito escalou em *guerra* pelo fato de o governo iraniano ter-se recusado a ser atacado diretamente pelo regime sionista de Israel sem responder militarmente.

Essa situação é, em nossa visão, suficiente para permitir a caracterização de uma **guerra defensiva, e portanto justa**, por parte do Irã.

Vale acrescentar, a essa respeito, que os grandes rivais do imperialismo ocidental no quadro da cadeia capitalista-imperialista global (Rússia e China), devido a seus diversos laços econômicos e políticos para com Israel, encontram grandes dificuldades para envolver-se diretamente na contenda e transformar o conflito em uma “guerra por procuração”. Por mais esse motivo, a caracterização nos parece prematura, embora sem excluir a possibilidade de que as futuras intervenções de outras potências possam transformar o caráter da guerra em questão em inter-imperialista.

A experiência das últimas décadas revela, de maneira patente, que o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares não passa de um instrumento a serviço da dominação imperialista ocidental: enquanto países como Israel permanecem fora do escopo do Tratado e desenvolvem massivamente seu armamento nuclear sem qualquer medida de sanção por parte da “comunidade internacional”, outros países são perseguidos por buscarem o desenvolvimento de fontes de energia nuclear, insumos de medicina nuclear e armas de dissuasão.

O reconhecimento do direito do Irã a seu programa nuclear e do caráter defensivo da guerra travada pelo regime burguês deste país não significa, no entanto, idealizar um suposto caráter anti-imperialista do regime iraniano. É o direito de um povo de não ser submetido a bombardeios, invasões e ocupações militares. Reconhecer esse direito não significa, no entanto, nutrir ilusões sobre o caráter de classe do regime iraniano. No caso da República Islâmica do Irã, trata-se de um regime burguês marcado por uma aristocracia clerical, pela repressão sistemática aos comunistas e a todas as forças progressistas, e por uma política econômica neoliberal profundamente lesiva à classe trabalhadora.

Por isso, **nossa posição é clara: a guerra travada pelo Irã é justa, mas não é a guerra do proletariado internacional por sua emancipação**. É justa porque é uma resposta

à agressão de um bloco imperialista. Mas não é uma guerra do proletariado internacional porque está sendo travada por uma burguesia reacionária que, internamente, reprime sua própria população e tenta canalizar a indignação popular para sentimentos de cunho nacionalista-religioso, com o objetivo de fortalecer a coesão nacional e a legitimidade do atual regime. O Irã não é, nem pode ser, o polo condutor de uma frente anti-imperialista na região.

Por outro lado, alguns setores da esquerda internacional veem na possível derrota do regime iraniano uma brecha para o avanço das forças democráticas internas. Não compartilhamos dessa perspectiva. A queda do regime aristocrático clerical, se imposta pela força das armas do sionismo e do imperialismo, representaria não uma libertação, mas um novo ciclo de dominação — agora sob a bota de Israel e dos EUA. Essa via não abre caminho para um Irã democrático, mas para um novo protetorado colonial.

Ao mesmo tempo, a entrada dos EUA no conflito não pode ser lida como um simples agravamento. Ela marca o risco real de generalização da guerra, com potencial catastrófico para toda a região euro-asiática. Devemos lembrar que esse novo passo do imperialismo se dá em meio a contradições internas graves: o ataque ao Irã foi conduzido sem autorização do Congresso, evidenciando não apenas o autoritarismo de Trump, mas também o agravamento da crise institucional e o acirramento da luta de classes no coração do topo da pirâmide do imperialismo global — o poder executivo age à revelia de qualquer controle democrático.

Para o povo palestino, esse novo cenário representa uma ameaça ainda mais grave. A ofensiva contra o Irã tira o foco da Faixa de Gaza, enfraquece a pressão pelo cessar-fogo e diminui o clamor internacional pelo rompimento de relações com Israel. Pior: a demonização do Irã pela imprensa ocidental tende a legitimar ainda mais os ataques israelenses e sua política genocida.

Apesar disso, os recentes ataques iranianos a Tel Aviv e o desgaste do “Domo de Ferro” israelense colocaram em xeque a imagem de

invulnerabilidade que o sionismo projetava. Tel Aviv já não é inalcançável. Assim, mesmo uma capitulação parcial de Israel, imposta por sua derrota militar ou isolamento internacional, significaria um abalo sísmico na arquitetura da dominação imperialista na região. Um revés do sionismo representaria um alento imediato à luta do povo palestino, um impulso às forças progressistas e comunistas da região e uma oportunidade concreta para a reorganização autônoma do proletariado do Oriente Médio.

É nesse ponto que reafirmamos nossa crítica às ilusões em torno da possibilidade de um mundo capitalista multipolar. O multipolarismo não é uma alternativa real ao imperialismo, mas sim a forma contemporânea de preparação para a guerra generalizada entre blocos capitalistas.

É por isso que, para nós, a guerra é justa, mas **a vitória necessária é a vitória dos povos contra todas as burguesias da região**. Enquanto isso não ocorre, a tarefa imediata é pressionar pelo fim da agressão imperialista e isolar o Estado de Israel.

Para nós, no Brasil, **o rompimento das relações diplomáticas, comerciais e militares entre o Brasil e Israel** segue sendo uma tarefa urgente. Agora, com ainda mais força, devemos ampliar essa campanha e denunciar o Estado sionista como o pivô da guerra e da instabilidade regional. A cumplicidade do governo Lula se expressa não apenas na neutralidade diplomática, mas também no alinhamento comercial e militar com Israel, operado por setores como o agronegócio, o setor petrolífero, o complexo bélico e as Forças Armadas.

Expressamos nossa total solidariedade ao Partido Tudeh do Irã e, como eles, acreditamos que é momento de união e coordenação da classe trabalhadora para combater as conspirações e ataques do imperialismo estadunidense e israelense. Não hesitaremos: estaremos ao lado do povo palestino, do povo iraniano, dos comunistas perseguidos, dos trabalhadores explorados, das mulheres oprimidas e da juventude que resiste — e não das burguesias que querem nos arrastar às suas guerras.



QUER SE ORGANIZAR COM O PCBR E A UJC?

O PCBR e a UJC têm reafirmado a necessidade da reconstrução revolucionária do movimento comunista no Brasil. Com a finalização do nosso congresso, pretendemos avançar na organização e nas lutas da classe trabalhadora em todo o território nacional.

Frente a um capitalismo que, a cada dia, explora mais, oprime, devasta o meio ambiente e avança na política neoliberal e na retirada de direitos, nossa saída e resposta devem ser apenas uma: a organização da nossa luta e a revolução socialista!

Se você tem interesse em construir essa luta, junte-se às nossas fileiras!

Preencha o formulário através do QR Code:





Foto: Ricardo Stuckert / PR

Juventude

Pé-de-Meia é incluído no piso constitucional da educação; mais cortes devem ocorrer

O Pé-de-Meia é, em síntese, mais uma política pública que tem como objetivo combater a evasão dos estudantes de baixa renda do Ensino Médio, através de um auxílio financeiro de R\$ 200 por mês – além do valor de R\$ 1000 ao concluir cada ano do Ensino Médio.

No último dia 11 de junho, o governo Lula anunciou através da Medida Provisória Nº 1.303 a inclusão do Pé-de-Meia no piso constitucional da educação, piso este que determina o destino mínimo de 18% da receita líquida de impostos ao setor da educação. Ou seja, além das inúmeras despesas já comuns atendidas pelo piso constitucional, também deverá ser incluído o programa do Pé-de-Meia.

Agora que o programa está dentro do piso constitucional da educação, nada impede que o programa sofra cortes nos próximos meses e que tenha sua continuação comprometida. Um programa que, mesmo que possua limitações claras, em caso de interrupção, poderia provocar um aumento ainda maior da evasão escolar.

O chamado Pé-de-Meia das licenciaturas possui o mesmo problema, já que as bolsas estão atreladas à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e que podem eventualmente ter seu orçamento cortado pelo Novo Teto de Gastos.

Além do risco do próprio pé-de-meia ter sua verba completamente ou parcialmente cortada, há também a possibilidade de redução de investimentos no setor da educação em si. Isso porque caso se pague apenas o mínimo do piso, que é de 18%, o investimento em outros programas e outros gastos comuns, que já fazem parte do orçamento para o piso, podem ficar comprometidos.

O piso do orçamento da educação que via de regra já é aquém do necessário, com a inclusão do Pé-de-Meia, pode deixar outros investimentos cruciais de lado, ou acabar colocando em risco o pagamento do próprio programa quando as metas fiscais de déficit zero exigirem mais congelamentos ou cortes de verba.

Quando foi anunciado em 2023, levantou-se questionamentos

sobre como o programa seria mantido diante da política econômica do governo petista, o qual vem reduzindo bruscamente os investimentos públicos para atingir as metas fiscais de déficit zero.

Os mesmos questionamentos surgiram com o anúncio do Pé-de-Meia das licenciaturas. Semelhante ao do Ensino Médio, tem como objetivo dar auxílio financeiro para os ingressantes nos cursos de graduação em licenciaturas, para tentar promover a formação de mais professores e mitigar o “apagão de professores” do ensino básico no Brasil.

A conta do Arcabouço Fiscal – ou Novo Teto de Gastos – começou a aparecer já no começo de 2024, quando o governo anunciou um congelamento de R\$ 15 bilhões, sendo R\$ 1,28 bilhões da verba do MEC. Aproximadamente R\$ 500 milhões deste montante seria para pagar o Pé-de-Meia. Além disso, para o programa funcionar, eram necessários R\$ 8 bilhões, porém havia apenas R\$ 6,1bi.

Para conseguir atingir as demandas de verba para o Pé-de-Meia, o governo decidiu jogar por “fora” das regras fiscais. Em síntese, o governo autorizou uma transferência de R\$ 6 bilhões do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC) para o Fundo do Pé-de-Meia e, no fim do ano, também autorizou a transferência de mais R\$ 4 bilhões do Fundo Garantidor de Operações (FGO), usado no Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), para o mesmo fim. É importante salientar que ambos os fundos são privados.

Apesar do uso dos fundos ter sido aprovado pelo Congresso, ele não passou pelo Orçamento. Isso porque a transferência se deu de forma direta entre os fundos privados e o Fundo do Pé-de-Meia, ou seja, essa verba passou por fora das regras fiscais impostas pelo Novo Teto de Gastos.

No começo do ano de 2025, o Tribunal de Contas da União (TCU) criticou o fato da verba ter passado por fora do orçamento e mandou suspender os pagamentos do Pé-de-Meia que vinham dos fundos privados. Isso fez com que o programa

ficasse impossibilitado de acessar os R\$ 10 bi somados que vinham do FGEDUC e do FGO, restando apenas um pouco mais de R\$ 1 bilhão do caixa do Fundo do Pé-de-Meia que, apesar de não paralisar o funcionamento do auxílio, é insuficiente para sua continuação durante todo o restante do ano.

A Advocacia Geral da União (AGU) recorreu à decisão do TCU de suspensão da verba e conquistou a liberação novamente. O Tribunal considerou o pedido da AGU, apesar da falta de previsão orçamentária, pois acredita que a continuação do programa é de “vital importância para os estudantes brasileiros.”

Entretanto, o Tribunal de Contas exigiu que o programa estivesse incluso dentro do orçamento de 2025 em um prazo de até 120 dias. Foi quando no último dia 11 de junho, o governo Lula anunciou através da Medida Provisória Nº 1.303 a inclusão do Pé-de-Meia no piso constitucional da educação, piso este que determina o destino mínimo de 18% da receita líquida de impostos ao setor da educação. Ou seja, além das inúmeras despesas já comuns atendidas pelo piso constitucional, agora fará parte destas despesas também o programa do Pé-de-Meia.

Os “Pé-de-Meias” são insuficientes e limitados

Todos os anos 480 mil jovens e adolescentes abandonam a escola. Os motivos para a evasão escolar no Brasil são vários, como: trabalho na adolescência para complementar a renda doméstica, gravidez precoce, a incidência na vida do crime etc. O fato é que a grande maioria não vê possibilidade real de futuro através dos estudos.

“Muita coisa me fez abandonar os estudos, não é só questão de dinheiro, mas principalmente o fato de que eu não via possibilidade de me desenvolver.” Disse Josué da Silva Oliveira, de 19 anos, que abandonou a escola para conseguir trabalhar. “Não tinha nada interessante, eu não via de que jeito ia conseguir melhorar de vida.” Afirma o jovem, em entrevista a CartaCapital.

Embora o incentivo financeiro

seja positivo, especialistas apontam que ele talvez não seja suficiente para trazer os jovens de volta à escola.

“Hoje, os estudantes do Ensino Médio estão numa espécie de limbo, porque já está provado que esse Novo Ensino Médio não deu certo (...). Na maioria das vezes não é por vontade própria, mas porque precisam trabalhar, ou porque tiveram gravidez precoce. Se a escola não for atrativa e acolhedora, muito dificilmente será possível reverter esse quadro.” Afirma o ex-secretário de Educação da capital paulista, Alexandre Schneider.

É necessário compreender a evasão escolar como um fenômeno maior que não pode ser resolvido com um auxílio financeiro de apenas R\$ 200 por mês. A estrutura escolar e a desvalorização dos profissionais da educação entram dentro do rol de problemas que também levam à evasão escolar desses adolescentes.

Mesmo que este jovem se mantenha na escola, suas perspectivas de futuro ainda continuam difíceis, já que a qualidade do ensino continua a mesma e, com o advento do Novo Ensino Médio, ainda pior.

“A tendência até pode ser redução da evasão, mas o aluno não vai receber uma educação de qualidade. É preciso melhorar as condições das escolas, as condições de trabalho dos professores, estruturar, de fato, a Educação. Me preocupa que só tenha esse programa sendo elaborado para combater a evasão.” Pondera o professor da Faculdade de Educação da USP, Daniel Cara.

O mesmo problema acontece de forma semelhante quanto ao Pé-de-Meia das licenciaturas. O Pé-de-Meia das licenciaturas integra o programa Mais Professores do Governo Federal e consiste num auxílio financeiro de uma bolsa de R\$ 1.050 por mês, dos quais R\$ 350 serão depositados numa poupança a ser resgatada apenas no final do curso.

O programa apresenta alguns furos, como por exemplo: a inexistência de ações afirmativas para estudantes de minorias sociais e econômicas; a competição por nota de no mínimo 650 pontos no Sistema de Seleção Unificada (SiSU) para concorrer à bolsa, dificultando o acesso a estudantes vulneráveis, mais dependentes de bolsas, mas que acabam tendo as menores notas no SiSU.

Além disso, das 12 mil bolsas ofertadas pelo programa, apenas 6.532 inscritos alcançaram os requisitos para receber o benefício. Isso se explica por diversos motivos. Primeiro pela nota mínima de 650 pontos ser acima da média dos ingressantes em licenciaturas, e segundo porque não podem concorrer à bolsa estudantes matriculados em Ensino à Distância (EaD), que correspondem a 77% das matrículas de licenciaturas no país, segundo o último Censo do Ensino Superior.

Além disso, a bolsa também não abrange estudantes ingressantes por outros vestibulares além do ENEM, o que deixa de lado estudantes que ingressam em universidades que possuem vestibulares próprios como a USP, a Unicamp ou a UNESP.

Juventude

As escolas cívico-militares excluem estudantes, não garantem sua segurança e adoecem professores

No último dia 30/05, uma professora veio à óbito no Paraná após ser pressionada e questionada sobre seus “resultados”. O modelo da escola era a cívico-militar, que vem ganhando espaço e sendo implementada em diversos outros estados do país.

No último dia 30 de maio, uma professora da rede básica de ensino do Paraná, veio à óbito devido a um mal súbito. Silvaneide Monteiro Andrade tinha 56 anos e sofreu um infarto fulminante dentro da Escola Cívico-militar Jayme Canet, em Curitiba, após ter sido chamada a uma reunião com a equipe pedagógica para discutir sobre seus “maus resultados” docentes.

Após a implementação do modelo cívico-militar, o governo do estado Paraná, através da SEED (Secretaria de Estado da Educação), passou a exigir a utilização de plataformas digitais contratadas que impõem “metas” que os professores devem atingir, com a intenção de garantir o aumento de “resultados” educacionais.

De acordo com o APP-Sindicato (o sindicato dos professores do estado do Paraná), essa reunião feita pela equipe pedagógica, tem o papel de pressionar os professores para o uso das plataformas e para que as metas sejam atingidas, independentemente do que o professor está realizando dentro da sala de aula.

“A morte da professora Silvaneide tem causado uma grande comoção em toda a categoria, que tem relacionado às circunstâncias do óbito, às pressões e às condições de trabalho que temos vivenciado (...) “Ela era professora de Língua Portuguesa, disciplina que tem sido exigida uma grande interação nas plataformas, com metas, o que tem trazido como consequência pressão, assédio e adoecimento”. Disse a diretora do sindicato, Walkiria Mazeto.

Devido ao acontecido, professores e professoras decidiram se manifestar coletivamente como forma de protesto, se recusando a utilizar as ditas plataformas digitais durante uma semana. Esse “breque” da plataforma organizado pelos professores durou de segunda-feira (2) e se estendeu até a sexta-feira (6) da mesma semana.

Segundo grupos de professores no WhatsApp, Silvaneide não teria conseguido cumprir a meta de redações, levando à cobrança da equipe pedagógica que está submetida às plataformas educacionais adotadas pelo governo Ratinho Júnior (PSD).

“Ela infartou dentro da escola, dentro da sala da pedagogia, na frente de uma tutora. Foi chamada para prestar contas, porque não estava conseguindo dar conta das

redações da plataforma e de todas essas cobranças absurdas que a gente sofre todos os dias”, disse o professor de Filosofia, Paulo Vieira, atuante na rede estadual do Paraná.

O projeto de exclusão da educação das escolas cívico-militares

O modelo de escolas cívico-militares passou a ser promovido desde 2023 no Paraná sob o governo do Ratinho Júnior e tem servido como modelo para outros estados, como para o estado de São Paulo. Um modelo que, como se pôde observar, contribui para o adoecimento de profissionais da educação e que, infelizmente, contribuiu com o desgaste e o falecimento da professora Silvaneide.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (PL), sancionou uma lei estadual complementar que promove a implantação das escolas cívico-militares no estado, inspiradas no modelo do Paraná. O projeto tem como um dos principais alvos as escolas que se encontram em regiões de maiores incidências de criminalidade.

Além de São Paulo, o governo do estado do Mato Grosso anunciou a construção de 25 novas escolas no estado que seguirão o modelo cívico-militar. O anúncio ocorreu após uma votação realizada com os pais, responsáveis e estudantes maiores de 16 anos realizada pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc) realizada no mês de maio deste ano.

O modelo é cívico-militar porque divide as competências da escola em duas esferas: a que cuidará da disciplina dos alunos, que é a militar; e a esfera necessariamente pedagógica, que é a esfera civil e será de responsabilidade dos profissionais da educação.

No exemplo de São Paulo, os militares serão selecionados e contratados pela Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, mas o recurso público destinado para a contratação sairá da Secretaria da Educação.

Ou seja, uma parte do já escasso orçamento estadual para educação, que poderia estar sendo destinada para o aumento dos salários dos profissionais da educação, ou para a melhoria da infraestrutura escolar, que se encontra totalmente precarizada, será destinado



O jornal O Futuro manifesta toda a sua solidariedade e força à família e aos colegas da professora Silvaneide Monteiro Andrade, falecida em 30 de maio, após um infarto causado pela sobrecarga de trabalho e por cobranças desmedidas. Foto: Reprodução / Redes sociais.

para a contratação dos militares que atuarão nas escolas.

Os militares contratados serão os da reserva (aposentados) e de acordo com o projeto sua presença tem como objetivo garantir “que a disciplina seja um vetor da melhoria da qualidade de ensino”.

O fato de que a prioridade do projeto são escolas em locais com alto índice de criminalidade revela que, na verdade, não é a qualidade de ensino o seu objetivo final. A segurança e a excelência das escolas militares é utilizada como pretexto para a construção das escolas cívico-militares. Em primeiro lugar, escolas militares são diferentes de escolas cívico-militares. A primeira possui administração ligada às Forças Armadas e seu planejamento é próprio delas, sem nenhuma ligação com o MEC. Os professores são altamente qualificados, bem remunerados e as escolas militares possuem, no geral, uma boa infraestrutura.

Ou seja, as escolas não são boas apenas por serem militares, mas porque são escolas que pagam salários dignos aos professores, possuem bons orçamentos, infraestrutura adequada, processos seletivos etc. Possuem bons índices não porque escolas militares são naturalmente boas, mas porque possuem uma organização e um planejamento que tem como consequência a entrega de bons resultados.

No entanto, a mesma coisa não acontece com as escolas cívico-militares, que nada mais são do que uma adaptação do tradicional ensino público. Nesse caso, a administração da escola ainda está submetida, no âmbito máximo, ao Ministério da Educação, mas algumas competências relacionadas à disciplina, regras de conduta e atividades extra-curriculares estarão nas mãos dos militares de dentro da escola. Escolas essas que manterão a infraestrutura semelhante às das demais escolas públicas: precarizada e insuficiente. Para o doutor em psicologia escolar e mestre em direitos humanos, Adilson Paes de Souza, importa-se o pior do sistema militar.

Quanto a segurança, que passa a ser terceirizada aos militares, mesmo que inicialmente sua presença seja aparentemente positiva para a comunidade escolar, essa violência passa a ocupar lugar dentro das escolas, explica a dou-

tora em educação Miriam Fábila.

As escolas cívico-militares provocam um tipo de violência e de seleção de conduta específica que costuma apagar ou silenciar diferenças, como as de gênero, raça, cor, classe e etnia. Ela constroi um ambiente propício à exclusão de liberdades individuais e de expressão de identidade dentro do ambiente escolar. Esse modelo se constrói a partir da utilização de fardamentos militares, o reforço dos papéis de gênero, a vigilância autoritária etc. Estudantes mais vulneráveis, como por exemplo os pertencentes à comunidade LGBTI+, podem se sentir coagidos a evadirem da escola devido à administração militar.

As escolas cívico-militares inclusive contribuem para o aumento da evasão escolar à medida que provocam uma mudança no público-alvo da escola para um público que se adapta ao modelo militar. Na verdade, nos últimos anos, desde a implementação do projeto no Paraná pelo governo do Ratinho Júnior, diversas denúncias de violência têm chegado ao ministério público. Não apenas violências físicas, mas também intimidações, ameaças contra estudantes e até casos de violência sexual praticadas pelos militares em atuação nas escolas. O que demonstra que a violência acaba por ser transferida para dentro das escolas de outras maneiras.

Para além da questão diretamente ligada à liberdade de expressão e de ensino, o modelo cívico-militar faz com que professores também sofram de uma desvalorização profissional.

Em São Paulo, os militares da reserva que atuarem nas escolas receberão uma gratificação de R\$ 5.692,40 ao mês. Esse valor poderá ser acrescido em 50% se o militar da reserva tiver patente de oficial ou coordenador. Do outro lado da moeda, o piso salarial dos professores é de apenas R\$ 4.633,44.

O subfinanciamento da educação brasileira parece abrir brechas para a promoção de projetos para a educação que nem de perto alteram os problemas estruturais que já atravessam gerações. O modelo cívico-militar surge como uma dessas propostas que não apenas não resolvem os problemas da criminalidade e da segurança da qual se propõe a resolver, como pode provocar o aumento da violência dentro das escolas.

Juventude

Governo Lula esmaga a educação pública e favorece as instituições privadas

Por Gabriel Tavares

Ao longo dos mandatos petistas, algumas políticas educacionais representaram um verdadeiro marco. Como exemplo, podemos lembrar do REUNI, o ProUni, e o FIES. Passados dois anos e meio do terceiro mandato de Lula, cabe fazermos uma avaliação do que foi a política educacional deste novo governo, observando suas principais realizações.

Arcabouço Fiscal: Uma velha novidade

A principal mudança estrutural que o governo realizou desde o início do seu mandato foi a aprovação do Novo Arcabouço Fiscal, que, em nosso entendimento, nada mais é do que um Novo Teto de Gastos, dando continuidade à lógica de limitação nos gastos públicos implementada durante o governo de Michel Temer.

Essa limitação dos gastos públicos ocorre porque a lei estabelece que o crescimento dos gastos podem corresponder apenas a 70% do crescimento da receita do governo, caso consiga atingir as metas de superávit. A meta, para 2026, é de R\$ 34,3 bilhões (0,25% do PIB). Ou seja, se o governo conseguir fazer “sobrar dinheiro”, ou seja, cortar gastos, lhe será permitido aumentar seu investimento, no ano seguinte, em 70% daquilo que aumentou na arrecadação. Se tivesse um aumento de 10%, aumentaria 7% nos gastos. Se não conseguir a meta, só pode aumentar em 50% seus gastos, o que seria 5%. No entanto, além desse teto, há um teto máximo de aumento, de 2,5%. Ou seja, mesmo que se tenha um aumento grande nas receitas, as despesas não podem acompanhar o mesmo ritmo. A título de comparação, o aumento de gastos no primeiro ano de Bolsonaro foi de 2,9%.

Estas regras do Novo Arcabouço Fiscal impõe um risco direto aos pisos mínimos constitucionais para saúde e educação. A Constituição Federal diz que 18% da receita proveniente de impostos deve obrigatoriamente ser direcionada aos gastos com educação e 15% da receita corrente líquida para a saúde. Só que os tetos criados são contraditórios com os pisos constitucionais. Se tivermos uma arrecadação alta, duas opções se colocam: ou o piso não vai ser cumprido, já que os gastos obrigatórios ultrapassariam a barreira de 2,5%; ou outras áreas sofrerão redução nos gastos discricionários para que os pisos sejam cumpridos.

Desse ponto, uma conclusão fundamental para se tirar é de que o aumento da arrecadação não representa, necessariamente, a ampliação dos investimentos públicos. Por conta do teto de gastos, medidas como a taxação de grandes fortunas e aumento de impostos, permitem, no máximo, a garantia de superávits,

isto é, mais dinheiro disponível para financiar os juros da dívida pública.

Mesmo assim, visando cumprir com as regras fiscais e reduzir gastos ao máximo, a ideia de uma Emenda Constitucional que retirasse as obrigações de investimento mínimo em saúde e educação segue de pé nos bastidores do governo.

A verdade é que os pisos constitucionais são, há muitos anos, um entrave aos interesses privatistas que rondam as instituições políticas do Brasil. Observamos, nos últimos anos, uma tendência de redução proporcional nos gastos com saúde e educação. Na saúde, o gasto acima do piso foi de 44,6% em 2021, caiu para 8,6% em 2022, reduziu para 4,1% em 2023 e chegou ao seu menor patamar desde 2011 em 2024, com 0,7% acima do mínimo constitucional. Na educação, a tendência de queda é similar: 33,8% em 2022, 31,3% em 2023 e apenas 2% acima do piso em 2024.

Para os próximos anos, a tendência é dos pisos constitucionais não serem cumpridos. O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2026 disponibilizou apenas R\$ 122 bilhões para os gastos discricionários. Deste valor, R\$ 56,5 bilhões estariam garantidos para a realização de emendas parlamentares, sobrando apenas R\$ 65,7 bilhões para o investimento direto do governo. Esses recursos normalmente complementam os gastos necessários para atingir os pisos constitucionais. O problema é que a estimativa dos gastos mínimos constitucionais estaria na casa dos R\$ 76,6 bilhões, faltando quase R\$ 11 bilhões para chegar no mínimo. Em 2028, a estimativa é de déficit de R\$ 87,3 bilhões.

Impactos diretos do Arcabouço na Educação

Diante do objetivo permanente de cumprimento das metas fiscais, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no final de 2024, anunciou a opção do governo Lula em realizar um pacote de medidas de austeridade, como a revisão no Benefício de Prestação Continuada (BPC), redução do abono salarial, o fim do aumento real do salário mínimo e mudanças no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

A mudança no FUNDEB previa a inclusão dos custos para o incentivo à educação em tempo integral e compra de alimentação escolar dentro do Fundo, ou seja, mais funções e compromissos a honrar, que antes eram custeados por outras fontes de financiamento. A aprovação na Câmara retirou a merenda do fundo escolar e houve redução no valor do FUNDEB destinado à escola em tempo integral. Mesmo assim, houve um enfraquecimento do Fundo, que complementa os recursos dos estados e municípios com a educação básica.

Além dos cortes, o Arcabouço Fiscal obriga o governo a segurar gastos ao longo do ano, até que a receita proveniente de impostos garanta a meta do resultado primário. Só então que as verbas são liberadas. Era o que propunha o Decreto 12.448, que impôs uma redução de quase 40% no orçamento das universidades disponível até novembro. A medida atrapalhava no planejamento e cumprimento de seus gastos com contratos de empresas terceirizadas, pagamentos de contas de água, luz e das bolsas de permanência estudantil. Diante da repercussão negativa, o governo Lula recuou da medida.

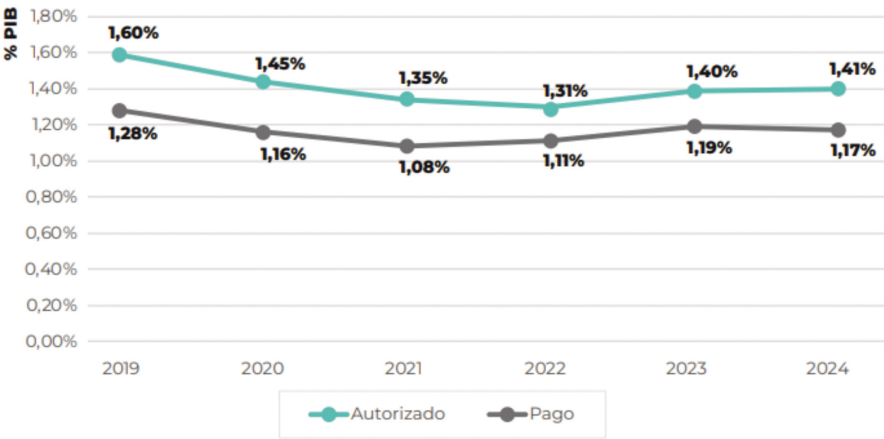
Para além dos cortes e ajustes, o Teto de Gastos de Haddad impede o necessário financiamento das políticas educacionais. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) defende que, corrigindo a inflação, o repasse necessário para as Instituições de Ensino Superior, em valores discricionários fosse de R\$ 8,5 bilhões. No entanto, o valor aprovado em 2024 foi de apenas R\$ 5,95 bilhões. O próprio Camilo Santana, ministro da Educação de Lula, reconhece: “Realmente, se você for olhar o discricionário, corrigir pela inflação, ele está, ainda, abaixo do que era em 2014. Então, essa é a grande reclamação, apesar do esforço que o governo federal fez para fazer essa recomposição”.

Uma meta histórica das lutas em defesa da educação pública é o uso de um montante correspondente a 10% do PIB para a educação, algo ainda bastante distante. O novo Plano Nacional de Educação (PNE) (2025-2035) estipula que apenas em 2031 chegaríamos a 7%, com os 10% sendo atingido somente ao final da vigência do plano. Hoje, no entanto, os recursos executados em relação ao PIB, na primeira metade do mandato de Lula, aumentaram (1,17%), mas ainda não atingiram os valores do primeiro ano de Bolsonaro (1,28%).

De 2023 para 2024, há um pequeno aumento dos gastos com educação, de 3,01%. Isso se dá, exclusivamente, pelos gastos obrigatórios, automaticamente vinculados com a arrecadação de impostos e mais difíceis de cortar, por se enquadrarem em leis federais. No entanto, os recursos discricionários estão, a cada ano, achatados pelo arcabouço fiscal, diminuindo.

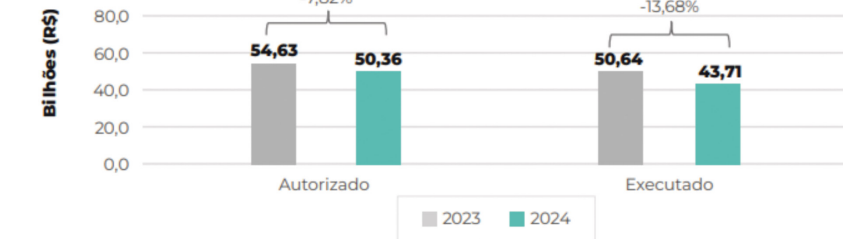
É o que aponta o relatório do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Orçamento & Direitos: Balanço Da Execução De Políticas Públicas. Em 2023, conforme pode ser observado no gráfico, a execução financeira foi de R\$ 50,74 bilhões e, em 2024, de R\$ 43,71 bilhões. Uma redução de 13,68%.

Valores autorizados e pagos para a função educação básica em relação ao PIB (de 2019 a 2024)



Despesas discricionárias da função educação | Em 2023 e 2024

(valores em bilhões de reais constantes, corrigidos pelo IPCA de janeiro de 2025)



Fonte: Siga Brasil. Elaboração: Inesc.

Referência: Orçamento & Direitos: Balanço Da Execução De Políticas Públicas, INESC (2025)

Os gastos discricionários são todos os gastos não-obrigatórios, isto é, não estipulados por alguma lei específica, como salários, benefícios e transferências. Eles servem para custear obras, veículos, materiais, contratos, bolsas e programas sociais, e correspondem a menos de 10% dos gastos do governo, uma vez que a maior parte dos recursos já está legalmente comprometida.

Nesse movimento, o montante dos recursos discricionários estão, cada vez mais, entrando em maior conflito com os recursos disponíveis para as emendas parlamentares. Em 2023, a execução financeira das despesas discricionárias foi de R\$ 170 bilhões, com R\$ 36,6 bilhões (22%) destinados a emendas parlamentares. Em 2024, houve redução dos recursos discricionários para R\$ 154,22 bilhões, com R\$ 40,89 bilhões para emendas (27%).

A tendência é que, ano após ano, os recursos discricionários diminuam, enquanto as emendas aumentam. Os ministérios vão perdendo sua autonomia executiva e buscam convencer o Legislativo a financiar suas políticas, fortalecendo-os politicamente em suas bases eleitorais.

Já vemos os impactos dessas medidas em muitas universidades. Diante da ausência de recursos suficientes e garantidos, as reitorias buscam, por um lado, articular com parlamentares de seus estados e municípios, o direcionamento de verbas públicas através de emendas. Por outro, promovem medidas de cortes de gastos. É o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que reduziu seu orçamento em 46% ao longo dos últimos 12 anos, enquanto aumentou o número de alunos e a demanda por políticas de assistência estudantil. Refletem sobre realizar um aumento nos valores do Restaurante Universitário, ao mesmo tempo que buscam emendas parlamentares.

O caminho é o mesmo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), (com R\$ 23,06 milhões em emendas), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) (com R\$ 2,48 milhões em 2024), e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (com R\$ 33,9 milhões entre 2020 e 2023).

As emendas, ao contrário do que poderiam servir, não complementam os recursos das universidades para projetos específicos e novas iniciativas, mas acabam servindo como recursos para o funcionamento básico das instituições.

Há uma incerteza deflagrada, pois há dependência de articulações políticas, dos programas dos parlamentares eleitos e da disponibilidade de recursos.

O legado de Lula-Alckmin na Educação

Até aqui, vimos como a política econômica implementada pelo governo afeta a capacidade de investimento na educação. A seguir, analisaremos as propostas que a gestão trouxe para a pasta nesse mandato, mesmo em um contexto de cortes e restrição orçamentária.

No Ensino Médio, em 2023, o Ministério da Educação apresentou o programa Pé de Meia, projeto de vitrine da área educacional dessa administração, destinado a combater a evasão de alunos de baixa renda do ensino médio, através de um incentivo financeiro à permanência destes na escola.

No entanto, em janeiro deste ano, o programa passou por uma suspensão do pagamento por parte do Tribunal de Contas da União (TCU), que identificou que não estavam sendo seguidas as regras do Arcabouço Fiscal, pela previsão de gastos não estar dentro do orçamento. O pagamento era feito através de um fundo privado gerido pela União. Em fevereiro, através de um recurso junto ao TCU, o governo teve a liberação de que se utilizasse os recursos congelados, provenientes dos fundos, mas com a obrigação de incluir os gastos com o Pé de Meia no orçamento.

Foi assim, que na noite do último dia 11, o Governo Lula-Alckmin editou uma Medida Provisória que incluiu dentro do piso mínimo constitucional os compromissos com o Pé de Meia. Ou seja, para além dos limitados recursos em disputa do orçamento da educação, uma nova demanda, na casa dos R\$ 12 bilhões chegou, para cumprir com as regras do Novo Teto de Gastos. Com os mínimos preenchidos, não existem mais garantias de que outras necessidades serão atendidas.

No ensino superior, o ensino privado possui lugar de destaque. Através do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), programa de financiamento público para pagamento de mensalidades nas instituições particulares, o governo garantiu, em 2025, 112.168 vagas em universidades privadas. Aqui,



Foto: Ricardo Stuckert / PR

encontramos algumas limitações: Em 2024, pelo menos metade dos contratos do FIES estavam em inadimplência, colocando um alto contingente de estudantes em dívidas. Outra questão é que, diante do cenário de esfacelamento do mercado de trabalho e o serviço precário oferecido pelas instituições de ensino superior privadas (79% não atingiram resultados satisfatórios no INEP), as pessoas, já endividadas, não conseguem vagas em suas áreas de formação e se submetem a trabalhos precários. Mesmo assim, o repasse de 2025 para o FIES foi maior que a recomposição orçamentária de 2024 para as universidades federais, com R\$774 milhões contra os R\$638 milhões anunciados naquele ano, valor que corresponde a apenas 25% das perdas de orçamento desde 2015.

Em nossa análise, é notável como os recursos da educação são insuficientes para as demandas e necessidades do ensino no Brasil e, sob a política econômica do governo, estão sob ameaça. Ao mesmo tempo que medidas de aumento de arrecadação são anunciadas, sob a celebração da esquerda social-liberal brasileira, os tetos estabelecidos no regime fiscal em vigor, impedem que esse possível aumento se transforme em aumento de investimento nas áreas sociais. A recente inclusão do Pé-de-Meia dentro dos gastos mínimos em educação previstos na Constituição sugere uma contínua e profunda redução no or-

çamento educacional, uma vez que a tendência é de inexistência desses mínimos.

O setor privado, mais uma vez sairá beneficiado. Diante do enfraquecimento das instituições públicas, que dependem cada vez mais de articulações com parlamentares ou de "outras formas" de financiamento, o mercado da educação encontra um espaço aberto para investir, construindo seu império a partir dos escombros de um projeto educacional brasileiro que nunca conseguiu se levantar inteiramente.

Os recursos discricionários, cada vez mais limitados pelo arcabouço fiscal e pelas emendas parlamentares são presas fáceis no contexto de aprofundamento do programa econômico burguês de redução dos gastos a qualquer custo. Mas é através desses recursos que as escolas e universidades recebem manutenções; adquirem materiais didáticos; custeiam contratos de luz, água, jardinagem, limpeza; financiam políticas de assistência estudantil. Estes recursos não podem mais continuar em uma instabilidade ao sabor da conjuntura e sempre sujeitos a contingenciamentos e cortes. O caminho poderia ser o estabelecimento de valores mínimos para serem investidos na educação brasileira. Mesmo assim, é visível que, de imediato, a derrubada do arcabouço fiscal - a continuidade do teto de gastos de Temer, agora por Lula - é a solução urgente para a situação da educação e dos serviços públicos no Brasil.



TESES DA UJC RUMO AO 60º CONUNE

“A tarefa que se coloca é fortalecer a presença militante nos CAs/DAs, DCEs e UEEs, articulando campanhas e programas de luta que partam das demandas concretas da juventude, mas que apontem para uma transformação estrutural da universidade e da sociedade. [...]”

O movimento estudantil precisa romper definitivamente com a ilusão institucionalista. A UNE deve retomar seu papel histórico de ferramenta de organização e luta contra os ataques da burguesia, contra a precarização da educação, contra o projeto neoliberal em curso, e em defesa de uma nova sociedade, construída a partir do poder dos trabalhadores.

Disputar o presente e construir o futuro significa, para nós, não apenas formular alternativas: significa organizar, mobilizar e lutar para transformar a realidade concreta. É nesse caminho que a União da Juventude Comunista continuará empenhada, em cada sala de aula, em cada assembleia, em cada espaço de resistência.”

Leia as
Teses da UJC
para o CONUNE
completas em
nosso site pelo link:



Economia

Benefícios sociais são enxugados e isenções para gigantes empresariais são mantidas

O Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) ajudou os grandes conglomerados já consolidados, como o iFood e Azul Linhas Aéreas, que receberam R\$ 336,2 milhões e R\$ 303,7 milhões, respectivamente, em benefícios fiscais.

No esforço de atingir a meta de resultado primário em 2025, imposta pelo próprio Governo Lula-Alckmin no Novo Teto de Gastos, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), tem negociado com diversos congressistas um pacote fiscal capaz de cumprir a meta.

Em reunião com parlamentares no início de junho, Haddad apresentou a necessidade de controlar despesas da saúde e da educação pública. Segundo o ministro, houve uma “explosão” nos últimos anos com os repasses do Fundeb pela União aos estados e municípios. Na proposta, o ministro quer impedir aumentos no Fundeb, cujo valor executado no orçamento primário em 2024 é na ordem de R\$ 49,8 bilhões. Ressalta-se que o Fundeb é um fundo público essencial para a garantia do financiamento das escolas públicas no ensino fundamental e no ensino médio. Assim, cortes em seu orçamento terão um impacto na vida de milhões de crianças e adolescentes que utilizam esses serviços.

Na mesma reunião, Haddad revelou que um dos objetivos do Governo Federal é reduzir as despesas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o qual é uma política pública essencial para assegurar a dignidade de idosos e pessoas com deficiência, com um valor individual de apenas um salário-mínimo para cada beneficiário.

Em paralelo, ao longo das negociações com o Congresso sobre o orçamento, o presidente Lula (PT) também orientou seus ministros a apresentarem formas de rever diversos benefícios e renúncias fiscais do Governo Federal. Ressalta-se que a grande maioria dessas medidas não entram no orçamento tradicional das contas públicas, assim, apresentam menor transparência para sua con-

sulta pelo público, uma vez que não são contabilizadas para o cálculo do resultado primário da União. A falta de visibilidade de tais gastos é tamanha que o ministro Haddad comentou sobre uma “caixa-preta” em renúncias fiscais que podem chegar a R\$ 800 bilhões.

Enquanto os principais alvos de cortes orçamentários são gastos importantes para os trabalhadores, como seguro-desemprego, previdência social, saúde e educação públicas etc., as renúncias tributárias – cujo beneficiários são grandes empresários – são esquecidas nos debates sobre o orçamento no Congresso.

Ainda no ano passado, a população viu uma enorme campanha do Governo Federal em controlar “fraudes” no BPC, o que, na verdade, era um esforço de controlar o aumento dos gastos com esse benefício. Portanto, enquanto programas relevantes aos trabalhadores recebem todo tipo de fiscalização, inclusive com o objetivo de impedir sua concessão, gastos que beneficiam bilionários mal aparecem no orçamento.

Alguns números revelam como grandes empresas, que em tese não precisam de ajuda do Estado, recebem o maior volume desses benefícios fiscais. O Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado durante a pandemia para dar suporte ao setor na retomada de suas atividades, na verdade, ajudou os grandes conglomerados já consolidados, como o iFood e Azul Linhas Aéreas, que receberam R\$ 336,2 milhões e R\$ 303,7 milhões, respectivamente, em benefícios fiscais.

O caso do iFood é emblemático e demonstra como agem os ricos e bilionários no país. Submetem seus empregados a uma escala de trabalho exaustiva, muitas vezes em regime que são piores que a 6x1, sa-

botam esforços de organização dos entregadores de aplicativo, agem com coação contra lideranças sindicais, enquanto isso, ao mesmo tempo, exigem tratamento diferenciado do Estado, sendo os maiores beneficiários de isenções de impostos.

Não é apenas o setor de eventos que atua dessa forma. Segundo dados do Governo Federal, a Stellantis, um dos maiores conglomerados no mundo do setor automobilístico, recebeu em 2024 uma cifra de R\$ 1,69 bilhão em benefícios tributários. Há dezenas de exemplos nesse sentido, como a General Motors, outra empresa multinacional no mesmo setor, com R\$ 1,07 bilhão. A Samsung, uma das maiores fabricantes de eletrônicos no mundo, também recebeu benefícios na ordem de R\$ 1,29 bilhão.

O cenário é mais cristalino assim, todos os dias os empresários, bilionários e seus aliados congressistas atuam para enfraquecer e cortar gastos importantes para os trabalhadores, querem piorar os benefícios previdenciários, reduzir os valores do seguro-desemprego e até congelar o salário-mínimo. Entretanto, esse discurso hipócrita de “responsabilidade fiscal” cai por terra quando defendem seus próprios interesses, principalmente quando a discussão envolve a retirada dessas isenções para empresas bilionárias. A partir daí, é observado uma mudança no discurso, repentinamente, palavras como “proteger e gerar empregos” retorna ao vocabulário desses congressistas, interessados apenas em defender seus patrões enquanto oferecem o rigor da austeridade fiscal aos trabalhadores.

O debate ocorrido sobre o fim do Perse é bem esclarecedor nesse sentido. Deputados que representam os interesses de grandes empresas,

como o iFood, destacaram a necessidade de continuar o programa, como o deputado Gilson Daniel (Podemos-ES) que declarou “Se nada for feito, correremos o risco de que já no mês de abril milhares de empregos fiquem desamparados, comprometendo a recuperação do setor”.

Enquanto o BPC sofre um ataque do governo sobre supostas fraudes no benefício, congressistas como o deputado Felipe Carreras (PSB-PE) simplesmente entraram em acordo com o Governo Federal que a utilização indevida do Perse deve ser retornada aos seus fins originais (ao invés de cancelar um programa que beneficia bilionários sem contrapartida nenhuma): “O que foi acordado hoje, com o ministro Haddad e com a presença do secretário nacional da Receita Federal, Robson Barreirinhas, é que, caso haja o uso indevido, esse recurso vai voltar ao programa”.

Há ainda outras diversas medidas proporcionadas pelo Estado brasileiro aos grandes empresários enquanto estes cobram austeridade para os trabalhadores. Outro caso emblemático é o do Plano Safra, que é um grande programa de empréstimo ao agronegócio, cujos recursos são majoritariamente utilizados por grandes produtores para exportação. Enquanto programas importantes como o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) recebeu de financiamento apenas R\$ 76 bilhões, os recursos destinados aos grandes produtores ficaram na casa de R\$ 335,4 bilhões.

Portanto, fica claro como será conduzido o ajuste fiscal do Governo Lula-Alckmin: a corda irá estourar para o lado mais fraco ao penalizar principalmente os trabalhadores e os mais necessitados e protegerá os grandes empresários com isenções fiscais bilionárias.



Breque dos apps, que ocorreu nos dias 31 de março e primeiro de abril de 2025, na Grande São Paulo chegou até a porta do iFood. Foto: Jornal O Futuro



Cerimônia de lançamento do Programa "Crédito do Trabalhador". Foto: Ricardo Stuckert / PR

Economia

Juros altos frustram promessas do Governo Federal para o novo crédito consignado

Até agora, o resultado foi exatamente o oposto do prometido: a taxa média de juros aumentou, passando de 44% anual para 59,1% na modalidade privada; no consignado total saltou de 26% para 27,2%. A inadimplência das famílias subiu de 29,1%, em abril, para 29,5%, em maio.

No lançamento do programa Crédito do Trabalhador, que foi oficialmente implementado com a publicação da Medida Provisória nº 1.292 de 12 de março de 2025, as promessas do Governo eram de que a classe trabalhadora seria beneficiada, podendo renegociar suas dívidas, com liberdade para escolher as melhores condições, “entre bancos privados, bancos públicos. Aquele que cobrar menos”, nas palavras do presidente Lula, e com a redução de até 50% das taxas de juros, como afirmou o Ministro da Fazenda Fernando Haddad.

Pelas regras do programa, trabalhadores com carteira assinada poderiam contratar linhas de crédito consignado usando 10% do saldo da conta do FGTS e a multa de 100% contra demissão sem justa causa como garantia. Ou seja, na situação em que o empregado é demitido sem justa causa, o banco pode ficar com uma parte do FGTS e toda a multa rescisória paga pela empresa.

Quando divulgados os primeiros dados consolidados após o final de abril, percebeu-se que, pelo menos nesse primeiro momento, o resultado foi exatamente o oposto do prometido: a taxa média de juros aumentou, passando de 44% anual para 59,1% na modalidade privada, no consignado total pulou de 26% para 27,2%. Mas não só isso, o saldo de crédito às famílias, ou seja, o total de dinheiro emprestado, cresceu 0,9% em abril e 12,5% nos doze meses anteriores, aumento impulsionado pela alta de 7,4% no crédito consignado ao trabalhador. Em entrevista dada no final de maio, juntamente com a divulgação dos novos dados, o chefe do setor de estatísticas do Banco Central, Fernando Rocha, reconheceu explicitamente que os juros realmente aumentaram.

Ao final de abril, haviam sido concedidos R\$ 12,9 bilhões para 2,3 milhões de trabalhadores, com valor médio por contrato de R\$ 5.471,23, e prazo de 17 meses. Procurando dar uma justificativa para os resultados desfavoráveis, o mes-

mo representante do alto escalão do Banco Central, Fernando Rocha, afirmou que poderiam ser devido à análise do risco que os novos clientes representam, chegando a mencionar o perfil de endividamento e de piores condições de pagamento. Contudo, o que não é possível afirmar é que essas condições sejam particularmente novas para o governo ou mesmo para os bancos, posto que os números de famílias endividadas, e mesmo inadimplentes, já vinha aumentando.

Nesse sentido, verificou-se o aumento de pessoas que não conseguem pagar suas dívidas e tornam-se inadimplentes. A inadimplência das famílias subiu de 29,1% em abril, para 29,5% em maio. E as projeções são de que continuará crescendo o número de famílias endividadas, com especial destaque para setores da classe média, onde famílias com renda entre três e cinco salários mínimos, a proporção subiu de 79% para 80,3%. Além disso, os dados divulgados pelo Banco Central mostram de maneira clara que nos últimos doze meses o endividamento geral das famílias subiu 0,8%, reforçando que não se trata de uma surpresa para ninguém.

Desdobrando os dados sobre endividamento, o cartão de crédito é a principal modalidade responsável por comprometer os orçamentos das famílias, representando 84% dos casos. Além do cartão de crédito, temos os carnês e o crédito pessoal, com 17% e 10% respectivamente, do total de pessoas endividadas.

Nesse contexto de endividamento das famílias, o governo propõe a medida para oferecer novas modalidades de crédito aos trabalhadores, sem nenhuma garantia por parte das instituições financeiras quanto ao limite nos juros a serem praticados. Soma-se a isso, que as pessoas têm sido confrontadas com inflação de alimentos, epidemia de jogos de azar (as chamadas Bets) e precarização das relações de trabalho com mais pessoas na informalidade ou trabalhando

como MEI. E ainda é aplicada uma clara, evidente e gritante política econômica de austeridade, com altas seguidas na taxa de juros base, a SELIC, que hoje está em 14,25% ao ano, ampliando os gastos com a dívida pública, e pressionando por cortes no orçamento primário, que são as despesas com, por exemplo, as pastas de educação, saúde e assistência social.

Nenhuma dessas situações é novidade para o governo. No caso da epidemia de bets, por exemplo, verifica-se que o número de pessoas endividadas que apostaram em 2024 aumentou. A quantidade de pessoas inadimplentes chegou a 75,7 milhões em março, um aumento de 10% em relação a fevereiro, e a quantidade de pessoas que estão endividadas e apostaram subiu de 4% para 10,6% no período analisado.

Ao mesmo tempo que o governo petista tenta oferecer linhas de crédito novas e incentivar a renegociação de dívidas e estimular o consumo, sendo que o cenário demanda maior proteção ao trabalhador contra agentes econômicos que só visam explorá-lo o máximo possível, a política monetária segue no sentido oposto, o que configura a situação como uma verdadeira armadilha para a população.

Soma-se a esse cenário que a forma de implementação do crédito do trabalhador é pela via de autorização aos bancos para acesso às informações e dados pessoais, via aplicativo da carteira de trabalho digital e eSocial, o que, na prática, significa que o governo vai usar a base de dados pública para municiar as instituições financeiras com todos os dados de que precisam para perseguir e assediar os trabalhadores, isso sem nenhuma contrapartida fixada do lado dos bancos.

Hoje, esse tipo de banco de dados contendo informações pessoais de milhões de potenciais clientes tem um valor incalculável. Representantes da Febraban chegaram a falar em um potencial de R\$ 120 bilhões em contratos, podendo

chegar até R\$ 300 bilhões. Contudo, não foram exigidas como contrapartida nenhuma limitação dos juros, e a liberdade de ação pelas instituições financeiras demonstrou, num primeiro momento, que o resultado foi o oposto. E apesar da obrigatoriedade de observância aos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), sabe-se que existem dificuldades para fiscalizar e garantir a efetiva proteção desses dados sensíveis.

Recentemente, investigações no caso envolvendo descontos ilegais de aposentados e pensionistas do INSS, que apontaram estimativas de R\$ 6 bilhões em descontos indevidos, também apontaram que a fraude se deveu, em parte, ao vazamento de dados sigilosos, mas também graças ao compartilhamento de dados do INSS com os bancos por meio de acordo de cooperação. E mesmo com previsão para fiscalização e punição, na prática, ela não acontece, porque a entidade não dispõe de estrutura própria para isso.

A segurança de dados é um dos principais temas de atenção para os Estados contemporâneos. Informações do Senado dão notícia de que, em 2024, pelo menos 24% dos brasileiros com mais de 16 anos havia sido vítima de golpes digitais, aumentando a responsabilidade que se deve ter ao tratar do compartilhamento de bancos de dados pessoais e sensíveis, em particular no caso do Crédito do Trabalhador, em que vão ser compartilhadas informações relativas à renda e dados bancários.

Uma combinação de elementos com potencial de lançar os trabalhadores brasileiros em um endividamento cada vez mais aprofundado, com condições mais precárias para se livrar das dívidas contraídas. Pelo contrário, as medidas adotadas sinalizam que o governo petista pensa que o endividamento é natural e fará parte estrutural da vida das famílias e da classe trabalhadora de forma permanente.

Amazônia

Leilão de florestas para exploração é celebrado pela iniciativa privada com apoio do governo

Por Lucas Ultracultura

No dia 21 de maio, o governo, por meio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), realizou a “concessão” de quatro lotes na Floresta Nacional do Jatuarana. Dos seus 570,1 mil hectares, 453,4 mil estão incluídos na concessão — o equivalente a três vezes o território do estado de São Paulo. O acordo tem prazo de validade de até 40 anos.

As vencedoras do leilão foram a OC Prime Madeiras, E. Duarte da Silva LTDA e Brasil Tropical Pisos. A projeção é que a receita fique na ordem dos R\$151,65 milhões por ano. E que até 2027 passemos de 1,75 milhão de hectares para 5 milhões de hectares concedidos para manejo e reflorestamento.

Nos últimos anos a Amazônia vem sofrendo uma verdadeira “política de pilhagens”, onde criminosos da grilagem, do desmatamento e da mineração tanto a nível local como internacional, junto a seus laiaos políticos vem elaborando mil e uma formas de “monetizar” cada vez mais a floresta, enquanto isso, órgãos ambientais como o IBAMA e o ICMBio, sofrem com escassez de recursos humanos e financeiros necessários para fazer a fiscalização da biodiversidade que compõem as Florestas Nacionais (FLONAS).

Nesse balaio de interesses, a floresta Amazônica chega à Bolsa de Valores

A privatização foi aclamada e propagandeada por políticos locais. Segundo informações do portal RESET, o prefeito de Apuí, Antônio Maciel Fernandes, destacou que “representa um marco, pois permitirá a criação da primeira atividade industrial no município, com baixo impacto ambiental”. O cacique Leucir Carijó, da aldeia Crixí Muüyba, também manifestou otimismo: “Estamos felizes porque isso vai impulsionar a economia local”.

A própria ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, declarou apoio à iniciativa, justificando a validade do empreendimento pelo interesse genuíno dos investidores na riqueza da região e pela competitividade do processo: “Cada bloco ofertado teve pelo menos quatro empresas concorrendo. Isso reforça a credibilidade não apenas pela transparência, mas porque mostra que o manejo é promissor nos aspectos ambiental, econômico e social”. Já Renato Rosenberg, diretor de concessões do Serviço Florestal Brasileiro, reforçou essa visão ao afirmar que o manejo florestal proporciona uma exploração “cirúrgica” da floresta, aliando conservação ambiental ao desenvolvimento econômico das comunidades locais.

Apesar das promessas de desenvolvimento e de uma gestão mais eficiente por meio da exploração privada, a realidade nas florestas concedidas conta uma outra história — marcada por irregularidades, fiscalização precária e pressão crescente sobre os territórios.

Segundo Serviço Florestal Brasileiro (SFB), até 2020 uma área total de 1 milhão de hectares de florestas públicas estava sob concessão federal, dividida em 18 unidades de manejo localizadas em seis Florestas Nacionais (Flonas): três na Flona do Jamari (RO), quatro na Flona de Saracá-Taquera (PA), duas na Flona de Jacundá (RO), duas na Flona do Crepori (PA), quatro na Flona de Altamira (PA) e três na Flona de Caxiuanã (PA).

Casos emblemáticos evidenciam os limites e os impactos negativos das concessões florestais. Na Floresta Nacional (FLONA) do Jamari (RO), por exemplo, o Tribunal de Contas da União identificou falhas no monitoramento das concessões já em 2014. Situação semelhante ocorreu durante a Operação Handroanthus, realizada pelo IBAMA em 2021, que revelou extração ilegal de madeira dentro da Flona Saracá-Taquera (PA), apontando para brechas na fiscalização.

Além das irregularidades ambientais, há também graves conflitos com comunidades tradicionais. Na Flona do Crepori (PA), seringueiros que vivem há décadas na região não foram oficialmente reconhecidos, sendo ignorados nos processos de concessão. Já na Flona Saracá-Taquera (PA), o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) omitiu deliberadamente informações sobre a presença de comunidades tradicionais nos planos de manejo. As consequências dessas omissões incluem desmatamento, invasão de territórios, perda de recursos naturais e restrição às atividades de subsistência, como a caça e a pesca.

Problemas similares também ocorrem em Florestas estaduais, como a Floresta Estadual do Paru (PA), onde extrativistas de balata vêm sendo ignorados nas decisões sobre uso e manejo da floresta. Esse cenário impõe às populações tradicionais uma lógica de empreendedorismo que, além de precarizar o trabalho, desconfigura práticas culturais e modos de vida.

Além da permissividade institucional proporcionada pelo governo, a concorrência desleal com o manejo ilegal torna-se um incentivo adicional para a maximização do lucro sobre os recursos florestais, tanto por meios legais quanto ilícitos.

Essa realidade é evidenciada pela Operação Arquimedes, deflagrada para combater a extração ilegal de madeira na Amazônia. A ação resultou na expedição de 23 manda-

dos de prisão preventiva, seis de prisão temporária e 109 mandados de busca e apreensão, cumpridos em diversos estados do país, incluindo Amazonas, Acre, Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais, Rondônia, Roraima, São Paulo e Distrito Federal.

Além disso, foram autorizados bloqueios de mais de R\$50 milhões nos CNPJs das empresas investigadas e outras 18 medidas cautelares, pelos crimes de falsidade ideológica no sistema DOF, falsidade documental nos processos de concessão e fiscalização de PMFS (Plano de Manejo Florestal Sustentável), extração e comércio ilegal de madeira, lavagem de bens, direitos e valores, corrupção ativa e passiva e de constituição de organização criminosa.

A operação escancarou a dimensão e a ramificação das redes criminosas envolvidas na exploração ilegal de madeira, revelando como práticas ilegais continuam a operar paralelamente — e, muitas vezes, com maior facilidade — que os sistemas de concessão oficialmente instituídos. E a ainda na Flona do Jamari em Rondônia tivemos o caso da quadrilha que cobrava “pedágio” para madeireiros extraírem madeira de forma ilegal.

A instalação de empreendimentos em áreas concedidas, como as FLONAS, traz impactos ambientais significativos desde os primeiros passos. A construção de estradas sem qualquer tipo de planejamento integrado atropela a vida local, gerando uma ocupação humana acelerada tanto dentro quanto ao redor das florestas, alterando profundamente os modos de vida da região.

Dentro desse contexto, chama atenção o resultado da concessão da Floresta Nacional do Jatuarana. Com 194 mil hectares, a maior unidade leiloadada foi arrematada pela E. Duarte da Silva LTDA (Madeira Gedai), única empresa do Estado do Amazonas a vencer uma área. A empresa, que atua em Manicoré, ofereceu uma outorga fixa de R\$ 5 milhões e superou quatro concorrentes. Ficou nacionalmente conhecida em 2023, quando esteve no centro do escândalo batizado de “O cangaço de San-

to Antônio do Matupi”, no qual um ex-grileiro denunciou um esquema de extração ilegal de madeira em Terras Indígenas cortadas pela rodovia Transamazônica, no Amazonas.

A segunda maior área leiloadada, com 176 mil hectares, ficou com a OC Prime Madeiras, que venceu sete concorrentes ao oferecer uma outorga de R\$ 4 milhões. Já as duas menores áreas foram arrematadas pela empresa Brasil Tropical Pisos, ambas sediadas no Mato Grosso. Sobre essas últimas, há pouca informação pública disponível além dos perfis de seus proprietários no LinkedIn, o que levanta questionamentos sobre a transparência e o histórico das empresas que operam dentro das florestas públicas.

O impacto dessas concessões e da política ambiental vigente já é visível. De acordo com dados do sistema Deter, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desmatamento da Amazônia aumentou 92% entre maio de 2024 e maio de 2025. A área desmatada saltou de 500 km² para 960 km² em apenas um ano.

Enquanto isso, no Congresso Nacional, projetos avançam para facilitar ainda mais esse tipo de exploração. Em nome da desburocratização e do suposto incentivo ao investimento, discutem-se alterações que flexibilizam contratos de concessão. Um exemplo alarmante é o Projeto de Lei do Licenciamento Ambiental, conhecido como PL da Devastação, que propõe o desmonte dos mecanismos de controle ambiental, permitindo que empresas dispensem estudos prévios de impacto ambiental em diversos empreendimentos. Mais grave ainda, a proposta autoriza a emissão automática de licenças com base unicamente na autodeclaração dos empreendedores.

Diante desse cenário caótico, especialistas alertam que o tempo é curto. Restam poucos meses para o reforço de ações de fiscalização e a preparação para o período seco, época em que a situação tende a se agravar. Se nenhuma medida for tomada, ou se a devastação aumentar, os danos podem ser irreversíveis.

Nota política do Comitê Central do PCBR – A COP30: ILUSÕES NO “CAPITALISMO VERDE” E ATAQUES À CLASSE TRABALHADORA

Em novembro deste ano, será realizada a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30) na cidade de Belém do Pará. É inegável, de qualquer ponto de vista, que a situação climática e ambiental, em nível global, chega a uma situação crítica, fruto do desenvolvimento capitalista acelerado e de uma disjunção entre as condições de produção capitalista e as necessidades humanas e ambientais. A COP30 representa mais um encontro de grandes Estados aglutinados sob a ONU para a “discussão” de como resolver ou mitigar os problemas da crise.

Leia na íntegra em:



Agronegócio e Clima

A boiada passa no Senado com aval do Governo Federal

Do PL da Devastação ao grupo de trabalho para regulamentar a mineração em Terras Indígenas, as leis anti-indígenas e antiambientais nunca avançaram tanto, mesmo sob um governo considerado progressista.

O Projeto de Lei do Licenciamento Ambiental (PL 2.159/2021), apelidado de “PL da Devastação”, foi aprovado pelo Senado Federal no dia 21 de maio. Já no dia 28, foi aprovado também o PDL 717/2024, que tenta anular a homologação de duas Terras Indígenas em Santa Catarina. Ao mesmo tempo, foi criado um grupo de trabalho, coordenado por Tereza Cristina (PP), para elaborar um projeto que permita mineração em territórios indígenas.

O PL da devastação já havia sido aprovado em 2021 na câmara dos deputados, e recentemente passou pelas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e Agricultura e Reforma Agrária (CRA) com velocidade impressionante. A mudança ocorreu recentemente, com a articulação do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil), que tem interesse direto na exploração de petróleo na Margem Equatorial brasileira, principalmente na porção que pega do estado do Amapá, seu domicílio eleitoral. Por isso, o projeto foi colocado em votação de forma discreta, sem debate público.

A proposta representa um desmonte do Licenciamento Ambiental e mecanismos de controle, e permitirá que empresas dispensem a realização de estudos prévios de impacto em diversos tipos de empreendimentos. Além disso, autoriza a emissão automática de licenças com base apenas em uma autodeclaração dos empreendedores.

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, afirmou recentemente que o presidente Lula deve vetar o Projeto, pois é “o maior retrocesso já visto” na área ambiental. Já o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, disse no dia 23 de maio que o projeto “avança sem precarização”. Para Fávaro, a proposta pode ajudar o governo a liberar obras de infraestrutura com mais agilidade e garantir o que ele chama de “crescimento sustentável”. “É impossível crescer de forma sustentável sem que a infraestrutura venha primeiro. Precisamos de mais portos, mais aeroportos, mais ferrovias e mais energia elétrica”, afirmou o ministro.

O apoio a Alcolumbre e à abertura da foz do Amazonas à exploração petrolífera é compartilhado pelo governo Lula, que também promove o projeto das Rotas de Integração Sul-Americana que favorece a exportação de soja e minério de ferro. Esse plano prevê grandes obras de infraestrutura que ameaçam territórios indígenas e áreas sensíveis, como a Ferrogrão, a FICO e a conclusão da BR-319.

O PL da Devastação, foi aprovado no senado por 54 votos a 13 e voltará para a câmara de deputados. Se for aprovado poderá ser sancionado pelo presidente Lula, porém o presidente não mencionou nada a



Vários manifestantes durante o 20º ATL, cerca de 8 mil indígenas de várias partes do país caminharam em direção ao Congresso Nacional para pedir a inconstitucionalidade da Lei 14.701 e a demarcação de seus territórios. Fotos: Jose Cruz e Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

respeito da tramitação do projeto. Em contrapartida, o Ministério do Meio Ambiente diz que isso representará um risco à segurança ambiental e social do país, além de uma afronta à Constituição Federal. Mas, mais do que flexibilizar regras, o projeto legaliza práticas que hoje já ocorrem de forma velada: a expropriação de terras, o silenciamento de comunidades e a priorização do lucro acima da vida. Trata-se de um dos maiores retrocessos já registrados na legislação ambiental brasileira.

Hoje os licenciamentos são feitos em três etapas: há uma licença prévia, na qual é preciso que a empresa apresente um estudo detalhado do impacto ambiental; depois vem a licença de instalação, onde serão estabelecidas as condições para a construção dos empreendimentos; e, por fim, a licença de operação, é nesse momento que as empresas devem mostrar que as medidas para controle de riscos ambientais foram cumpridas.

A prevenção de acidentes ambientais e a mitigação de danos inerentes à instalação de grandes empreendimentos não podem ser tratadas como medidas secundárias, aplicadas apenas após catástrofes. No entanto, na prática, o projeto em curso representa uma verdadeira carta branca para que madeiras, minadoras, petroleiras, agroindústrias e o agronegócio avancem sobre os territórios sem consulta prévia ou qualquer obrigação de prestar contas às

comunidades diretamente afetadas.

Além do PL 2159/2021, também foi aprovado em 28 de maio no Senado Federal o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 717/2024, que altera significativamente as normas para a demarcação de terras indígenas no Brasil. O autor foi o senador Esperidião Amin (PP-SC), político muito conhecido dos catarinenses, uma vez que foi governador do estado por dois mandatos e foi nomeado prefeito de Florianópolis em 1975 e 1978 durante a ditadura. A proposta foi aprovada em votação simbólica no plenário, após já ter sido aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e será encaminhado para análise na Câmara dos Deputados. Esse PDL busca anular os decretos que homologam as Terras Indígenas Morro dos Cavalos, do povo Guarani Mbya, e Toldo Imbu, do povo Kaingang, ambas localizadas em Santa Catarina.

Além disso, pretende revogar o artigo 2º do decreto 1775/1996, no qual está posto que, “a demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios(sic) será fundamentada em trabalhos desenvolvidos por antropólogo de qualificação reconhecida, que elaborará, [...] estudo antropológico de identificação”. Entre outras coisas, o artigo também determina que os grupos indígenas envolvidos no processo, devem participar do procedimento em todas as suas fases, e que o grupo designado para o estudo pode pedir a colaboração de outros membros da comuni-

dade científica ou de outros órgãos públicos. Ou seja, além de desobrigar a realização de estudos, também exclui do processo os povos indígenas e comunidade acadêmica.

A chamada “mãe de todas as boiadas”, como ficou conhecida durante o governo Bolsonaro, assim, ganha novos ornamentos e começa a se transformar em uma nova Lei Geral do Licenciamento Ambiental (LGLA), que determinará como o país irá agir em relação à exploração e à demarcação de terras indígenas. De maneira geral, o artigo é o que regula a parte técnica do procedimento administrativo, e determina as etapas de identificação e delimitação de Terras Indígenas (TIs), também discorre sobre levantamento fundiário, sobre as atribuições da Funai e sobre a participação da comunidade indígena no processo de demarcação. O missionário do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Sul, Cleber Buzatto, explica que, “este projeto de lei praticamente derruba todo o procedimento de demarcação de Terras Indígenas no país. Isto afetará a todos os povos indígenas, e não só aos povos das Terras Indígenas Toldo Imbu e Morro dos Cavalos”.

Em nota oficial, o Cimi diz que “a Câmara também declarou regime de urgência para a votação do projeto e se negou a estabelecer qualquer diálogo com a sociedade civil”. Sua tramitação atravessou todos os procedimentos sem debate e sentenciou medidas que violam a Constituição Federal e instrumentos internacionais de direitos humanos”. O líder do Governo no Senado, o senador Jaques Wagner (PT/BA), não fez nenhum movimento na defesa dos direitos dos povos indígenas. Mesmo sendo minoria, é papel da base governista puxar o debate público para a questão. No entanto, permanece em uma posição de passividade enquanto os direitos ambientais e dos povos indígenas são destruídos. “O governo se demitiu da tarefa de defender os direitos dos povos indígenas no Congresso nacional”.

O Cimi tem esperança que o STF garanta que a constituição seja cumprida. Entretanto, é um desafio acreditar nisso, sendo que a Câmara de Conciliação instaurada em abril do ano passado permitiu a vigência do Marco Temporal. E isso cria uma incompatibilidade com a lei do Marco Temporal e passa a ser um dos argumentos utilizados pelo senador Esperidião Amin para colocar uma roupa de legalidade no PDL proposto. Em suma, o PL 2.159/2021 e o PDL 717/2024 passam por cima de instituições – Ministério do Meio Ambiente e IBAMA principalmente – para garantir que o desmatamento continue a aumentar sem que seja considerado ilegal.

Segurança Pública

Do MBL aos EUA: a engrenagem política por trás da criminalização da cultura periférica

Parlamentares ligados ao MBL vêm impulsionando projetos de lei conhecidos como “Anti-Oruam”, que restringem o uso de recursos públicos para contratação de artistas acusados de fazer apologia ao crime ou incentivar o uso de drogas.



Multidão recebe Poze do Rodo em sua soltura. Foto: Victor Chapetta/Agnews.

Na atual conjuntura política brasileira, parlamentares ligados ao Movimento Brasil Livre (MBL) vêm protagonizando uma verdadeira cruzada em dezenas de municípios do país com o objetivo de aprovar projetos de lei apelidados de “Anti-Oruam”. Sob o pretexto de proibir o uso de recursos públicos na contratação de artistas que supostamente incentivem o uso de drogas ou façam apologia ao crime organizado, essas iniciativas promovem a criminalização das expressões culturais periféricas, reforçando estigmas históricos e alimentando o pânico moral em torno da juventude negra. Essa estratégia de ataque à cultura das periferias encontra paralelo na recente prisão do MC Poze do Rodo — fato marcado pela seletividade penal e pela perseguição a vozes que emergem dos territórios marginalizados.

Para além da já conhecida tática de desviar o foco dos debates centrais sobre segurança pública — uma vez que as raízes da violência e da criminalidade no Brasil estão muito distantes das manifestações artísticas — essas iniciativas legislativas e prisões arbitrárias fazem parte de um projeto mais amplo de intensificação da intervenção imperialista no país.

Desde os anos 1980, com o

declínio da Guerra Fria, a chamada “guerra às drogas” passou a substituir o combate ao comunismo como justificativa para a intervenção dos Estados Unidos na América Latina. A retórica do narcotráfico como ameaça à segurança regional tem sido usada para justificar golpes de Estado, intervenções militares e a instalação de bases das Forças Armadas norte-americanas no continente. Agora, com o reforço de narrativas como a dos “MCs criminosos”, essa lógica segue sendo alimentada: perpetua-se a construção do inimigo interno — jovem, negro, pobre — como justificativa para políticas de repressão interna e para o aprofundamento de intervenções militares externas.

Há, nesse cenário, uma clara divisão de tarefas. Grupos como o MBL atuam no plano ideológico e cultural, promovendo uma narrativa de medo e desumanização da juventude periférica. O imperialismo, por sua vez, capitaliza sobre esse consenso fabricado para expandir sua influência política e militar. Em maio de 2025, representantes do governo dos Estados Unidos se reuniram com autoridades brasileiras e propuseram que o país passe a classificar organizações criminosas ligadas ao tráfico como “grupos terroristas”.

Essa mudança abriria caminho para uma série de medidas graves: desde sanções econômicas até ações diretas de forças estrangeiras em território nacional, sob o argumento de combate ao “narcoterrorismo”.

Os governos locais, de forma coordenada com esse projeto imperialista, também cumprem seu papel na implementação dessa agenda. Após visita a Nova York, em maio de 2025, onde se reuniu com representantes da Divisão da Agência de Repressão às Drogas (DEA), o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, passou a defender publicamente a associação do tráfico ao terrorismo. A visita ocorreu em meio às discussões sobre a classificação das facções fluminenses como “narcoterroristas”. Segundo o governador, o objetivo seria firmar parcerias com os EUA no combate ao tráfico, além de atrair investimentos. Na prática, contudo, tal política aprofunda a subordinação nacional, legítima leis de exceção e abre caminho para operações espetaculosas com helicópteros e armamentos de guerra — cujo saldo tem sido o extermínio sistemático da juventude negra e pobre.

Outras lideranças da extrema direita também endossam essa agenda subordinada aos interesses imperialistas. Em maio de 2025, o

senador Flávio Bolsonaro defendeu que o governo do Rio de Janeiro envie aos Estados Unidos um relatório detalhando a expansão do tráfico de drogas e suas conexões internacionais — gesto interpretado como uma clara demonstração de subserviência. Na mesma linha, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, afirmou que o crime organizado deve realmente ser tratado “como grupo terrorista”. As declarações evidenciam a profunda convergência de setores do poder público brasileiro com a pauta intervencionista dos Estados Unidos.

Diante desse cenário, é urgente deslocar o eixo do debate sobre segurança pública. É preciso enfrentar as verdadeiras causas da violência urbana, como o desemprego, a precarização dos serviços públicos e o encarceramento em massa. Não podemos permitir que o debate seja pautado pela criação de pânico morais contra as expressões artísticas da periferia, que muitas vezes são as únicas vozes a denunciar as violências praticadas pelo próprio Estado. Tampouco podemos admitir qualquer forma de intervenção imperialista em nosso território, disfarçada de colaboração no combate ao crime.

Assine nossa campanha de financiamento em apoia.se/jornalofuturo ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: contato@jornalofuturo.com.br

